



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR**  
**DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA - DME**  
**LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**  
**CAMPUS DE JI-PARANÁ-RO**

**Wandeilza Waulex Camargos Guedes Moreira**

**A FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM**  
**MATEMÁTICA DA UNIR, CAMPUS DE JI-PARANÁ/RO, EM RELAÇÃO À**  
**INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO**  
**BÁSICA**

Ji-Paraná – RO  
Julho de 2017



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR  
DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA - DME  
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA  
CAMPUS DE JI-PARANÁ-RO**

**Wandeilza Waulex Camargos Guedes Moreira**

**A FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
MATEMÁTICA DA UNIR, *CAMPUS* DE JI-PARANÁ/RO, EM RELAÇÃO À  
INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Matemática e Estatística, da Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Ji-Paraná, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Matemática, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Mes. Irene Yoko Taguchi Sakuno.

Ji-Paraná – RO  
Julho de 2017

## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

M838f Moreira, Wandeilza Waulex Camargos Guedes.

A formação dos acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática da UNIR, Campus de Ji-Paraná-RO, em relação à inclusão de pessoas com necessidades especiais na Educação Básica / Wandeilza Waulex Camargos

45 f. : il.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Ma. Irene Yoko Taguchi Sakuno

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Formação inicial de professores. 2. Educação inclusiva de pessoas com deficiência. 3. Legislação. I. Sakuno, Irene Yoko Taguchi. II. Título.

CDU 51:376

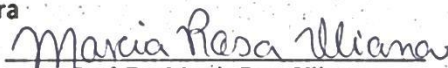
---


Wandeilza Waulex Camargos Guedes Moreira

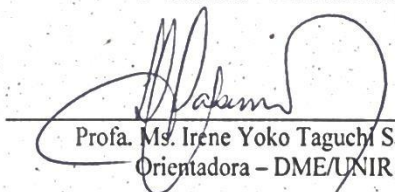
**A FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
MATEMÁTICA DA UNIR CAMPUS DE JI-PARANÁ/RO EM RELAÇÃO À  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Matemática e teve o parecer final como Aprovado, no dia 26/07/17, pelo Departamento de Matemática e Estatística, da Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Ji-Paraná.

**Banca Examinadora**

  
Prof. Da. Marcia Rosa Uliana  
1º Membro – DME/UNIR

  
Prof. Ms. Prof. Ms. Marcio Costa de Araújo Filho  
2º Membro – Dme /UNIR

  
Profa. Ms. Irene Yoko Taguchi Sakuno  
Orientadora – DME/UNIR

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais: **Vicente Camargos e Sandra Guedes**, por todo incentivo e apoio oferecido. E em especial, ao meu esposo **Maycon Moreira**, pela paciência e compreensão nos momentos em que me dediquei a este estudo.

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço,*

*A Deus, por ter me dado a oportunidade de chegar até aqui e pelas condições, saúde e sabedoria para concluir essa etapa, melhor mestre que eu poderia conhecer.*

*Aos meus pais, Vicente Camargos e Sandra Guedes que são minhas referências de profissionais e acima de tudo, acreditaram em mim desde o início desta etapa.*

*Ao meu esposo, Maycon Moreira, pelo amor e carinho, e pela compreensão nos momentos em que precisei me ausentar para me dedicar aos compromissos da faculdade.*

*Ao meu querido irmão, Wagner Waulex por ser meu exemplo de persistência e dedicação, e a minha irmãzinha Wanilza Waulex por sempre me ouvir nos momentos difíceis, e também por se alegrar nas minhas conquistas.*

*A minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Irene Sakuno, que me aceitou como orientanda e que gentilmente me auxiliou na elaboração e conclusão deste trabalho. Muito obrigada!*

*As minhas amigas: Anne Borges, Edivane Dutra, Mellissa Moura e Silvilene Vital, companheiras de estudo, obrigada por me animar nos momentos de desânimo, e por me fazer companhia nesses quatro anos, obrigada pela amizade. Espero levá-la para toda a vida.*

*A todos os professores do Departamento de Matemática e Estatística – DME da Universidade Federal de Rondônia campus de Ji-Paraná, que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação, em especial, ao Prof.<sup>o</sup> Márcio Costa e Prof.<sup>a</sup> Márcia Uliana, por compor a minha banca e compartilhar suas experiências a fim de contribuir com meu trabalho.*

*Aos meus colegas de turma do Curso de Licenciatura em Matemática que voluntariamente participaram da pesquisa, contribuindo para a conclusão desta pesquisa, sem vocês, não seria possível chegar a estes resultados.*

*Enfim, a todos que contribuíram com a minha formação, muito obrigada! Deus abençoe!*

*“Ó SENHOR Deus, eu te agradeço de todo o coração; diante de todos os deuses eu canto hinos de louvor a ti. Por causa do teu amor e da tua fidelidade, eu me ajoelho virado para o teu santo Templo e dou graças a ti. Pois tens mostrado que o teu nome e as tuas promessas estão acima de tudo. Quando te chamei, tu me respondeste e, com o teu poder, aumentaste as minhas forças.”*

***Salmos 138***

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar os aspectos legais que norteiam a educação inclusiva de pessoas com deficiência, bem como verificar como a temática educação para pessoas com deficiência está inserida no curso de Licenciatura em matemática na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) *campus* de Ji-Paraná/RO. Metodologicamente, foi escolhida a abordagem qualitativa de pesquisa. Como atores envolvidos no estudo, pode-se contar com 10 acadêmicos em fase de conclusão do curso de Licenciatura em Matemática na UNIR, *campus* de Ji-Paraná/RO. Para a coleta de dados, optou-se por aplicar um questionário, para atingir o objetivo geral que buscou saber a opinião dos acadêmicos a respeito da formação inicial que têm recebido, em relação à temática educação inclusiva de pessoas com deficiência. A partir dos dados obtidos, pode-se concluir que a educação especial está legalmente amparada em inúmeras leis infraconstitucionais, sendo que estas estabelecem claramente que as pessoas com deficiência têm o direito de frequentar as escolas e adquirir os conhecimentos como os outros alunos e que isto constitui dever do Estado que tem a obrigação de oferecer estas oportunidades e assim realizar a educação inclusiva na rede regular de ensino. Num segundo momento, este estudo permitiu concluir que, segundo os acadêmicos, a formação inicial não vem ocorrendo de forma abrangente conforme a realidade requer, e ao se depararem com alunos com deficiência no período de estágio, eles não se sentiram preparados para oferecer um ensino de qualidade.

**Palavras-chave:** Formação inicial de professores de Matemática; Educação Especial; Legislação.



## ABSTRACT

This research of conclusion's course aims to analyze the legal aspects that guide the inclusive education of people with special needs, as well as verifying how the thematic education for people with special needs is inseryed in the course of Degree in mathematics at UNIR (Federal University of Rondônia) Ji-Paraná / RO's campus. Methodologically, the qualitative research approach was chosen. As actors involved in the study, it is possible to count on 10 graduating students of the degree course in Mathematics at UNIR, campus in Ji-Paraná / RO. To collect data, we opted to apply a questionnaire to achieve the general objective was to know the academics's about the initial training they have received, aiming at the theme of inclusive education of people with special needs. From the data obtained, it can be concluded that special education is legally supported by numerous infraconstitutional laws, which clearly establish that people with disabilities have the right to attend schools and acquire knowledge as other students and that this contritutes the State's duty that has the obligation to offer these opportunities and thus realize the inclusive education in the regular education's network. Secondly, this study allowed us to conclude that, according to the academics, the initial training hasn't been taking properly, according to reality, and when faced with students with special needs during the internship period, they didn't feel prepared to offer a quality education

**Key-words:** teachers's initial training in mathematics; Special education; legislation.

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Educação Inclusiva X Educação Especial-----	23
Gráfico 1 – Matrículas no ensino fundamental de pessoas com deficiência -----	25
Gráfico 2 - Matrículas no ensino médio de pessoas com deficiência-----	25
Gráfico 3 – Respostas da primeira questão-----	32
Gráfico 4 – Respostas da segunda questão-----	33
Gráfico 5 – Respostas da terceira questão-----	34
Gráfico 6 – Respostas da quarta questão-----	34
Gráfico 7 – Respostas da quinta questão-----	35

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRICO E ASPECTOS LEGAIS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	16
CAPÍTULO II - FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	24
CAPÍTULO III – METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA .....	28
4.1 – Método de Pesquisa.....	28
4.2 – Atores envolvidos na pesquisa .....	28
4.3 - Instrumento utilizado para a produção de dados na pesquisa de campo .....	29
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	37
REFERÊNCIAS .....	40
Apêndice A – Questionário para TCC .....	43

## INTRODUÇÃO

O tema de pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) remete-se à formação de professores de Matemática, em especial, no que diz respeito à formação inicial visando a educação inclusiva de pessoas com deficiência no âmbito do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Ji-Paraná.

Para isso, observa-se que ao longo da história da humanidade sempre houve na sociedade pessoas com deficiências físicas e mentais, independentemente da classe social. Contudo, o que mudou foi a maneira da sociedade compreender tais pessoas. Isso se deve, em grande parte, às mudanças sociais e à imposição de leis que passaram a reconhecer estas pessoas como sendo da mesma forma que os demais cidadãos, com todos os direitos e deveres.

Desse modo, o interesse em pesquisar sobre a temática educação inclusiva de pessoas com deficiência surgiu por influência da minha mãe, que sendo psicopedagoga e funcionária da Associação de Pais e Alunos Especiais (APAE) – município de Ji-Paraná/RO, sempre me incentivou a observar como as pessoas que apresentam qualquer necessidade especial se comunicam, se comportam e principalmente, como ocorre a aprendizagem peculiar do aluno especial, com isso, quando ainda cursava o terceiro ano do ensino médio, havia na turma uma aluna com déficit de atenção e um leve distúrbio mental, então se pôde perceber que havia uma grande dificuldade por parte dos professores de matemática em conduzir suas atividades pedagógicas de maneira a possibilitar a efetiva aprendizagem da referida estudante. A verificação deste fato pode ser explicada pela dificuldade que esta aluna tinha de acompanhar a classe, pois quando a professora tinha que prosseguir com novos conteúdos, sempre se deparava com o problema de que deveria dar mais atenção à aluna especial, pois esta ainda não tinha assimilado o conteúdo anterior.

E ainda, ao entrar para a faculdade, tive a oportunidade de ser bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), com isso, tive a experiência de acompanhar uma professora supervisora numa turma do sétimo ano do ensino fundamental, na qual era frequentada por uma aluna com a mesma necessidade especial da aluna acima referida. Nesta oportunidade percebi que a dificuldade de promover um ensino aos alunos com deficiência não havia mudado desde quando cursava o ensino médio.

Observando-se o texto da Constituição Federal, percebe-se que estes alunos estão amparados legalmente, pois no art. 205 consta que a educação é um direito de todos e dever

do Estado e da família em promovê-la, bem como o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Diz-se, então, que este amparo constitucional proporciona a estes alunos especiais o direito de frequentar as escolas na modalidade regular, acompanhados de monitores para auxiliá-los e tornar esta inclusão efetiva.

Logo, surgiu a inquietação de que ao se passar alguns anos da experiência, ainda é possível notar a grande dificuldade no processo de ensino/aprendizagem voltada aos alunos com deficiência, pois ainda não há estrutura física e humana adequada e suficiente para melhor atender a estas demandas. Considerando que a lei é clara quanto à inclusão desse alunado dentro do ambiente escolar. Faz-se necessário pesquisar como esta ocorrendo a formação inicial de professores de matemática visando contemplar esta temática de educação inclusiva.

Não bastasse a motivação pessoal, de acordo com o censo escolar do Ministério da Educação, percebe-se que o índice de matrículas de alunos com deficiência cresceu um percentual de 93% no ano de 2015, isto porque a legislação deste país é incisiva quanto à obrigação em acolher e oferecer ensino de qualidade a todos os alunos, independente de deficiência ou não.

Além disso, no Parecer CNE/CP nº. 009/2001, aprovado em 08 de maio de 2001, é dito que diz que “A educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino.” (BRASIL, 2001, p.26) Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

Assim, torna-se evidente a necessidade de uma formação especializada do professor, para que este possa atender a esse público, isto porque a sua função tanto dentro da sala de aula como fora, não se resume apenas em lecionar um conteúdo, pois esta tarefa é mais abrangente, pois precisa garantir a aprendizagem por parte destes alunos, permitindo-lhes, a sua inclusão.

Desse modo, dentro desse contexto de ensino/aprendizagem surgem algumas questões que demandam maior atenção, por exemplo: Como está estruturada a formação inicial dos futuros professores de matemática em relação à temática educação especial? Será que as universidades estão oferecendo disciplinas que abordem essa temática? Na prática, os acadêmicos já tiveram contato com tais alunos? A universidade oferece projetos de extensão que proporcionam experiências que possam acrescentar o conhecimento na área? Verifica-se,

portanto, que inúmeras são as dúvidas que pairam sobre o assunto e clamam maior desempenho nas pesquisas.

Todos esses questionamentos tendem a focar nas questões relacionadas sobre a formação inicial dos profissionais que exercerão a Licenciatura em Matemática, preparados para atender a constante e crescente presença de alunos com deficiência e em diferentes níveis de aprendizado. Isto pode ser percebido nas pesquisas de Mantoan (2003), que investigou o ensino/aprendizagem de pessoas com deficiência, como também de Esteve (1999), que fala sobre a formação de professores.

Vale ressaltar que analisando as pesquisas realizadas pelos acadêmicos da UNIR *campus* Ji-Paraná, a partir do ano de 2010, foram encontradas quatro pesquisas referentes à formação inicial de professores de matemática, mas nenhuma delas voltada à educação especial. Bem como, verifica-se que a educação inclusiva de pessoas com deficiência foi encontrada em seis pesquisas, mas nenhuma delas voltada para a formação de professores.

Assim, esta pesquisa buscará responder ao seguinte questionamento: **Como a temática inclusão escolar pessoas com deficiência está inserida no Curso de Licenciatura em Matemática na Universidade Federal de Rondônia *campus* de Ji-Paraná?**

Em função dessa questão, o objetivo geral desta pesquisa é: analisar como esta ocorrendo a formação inicial dos professores de matemática no campo da temática educação inclusiva de pessoas com deficiência.

A partir de então, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os aspectos legais que norteiam a educação inclusiva de pessoas com deficiência.
- Verificar como a temática educação inclusiva de pessoas com deficiência está inserida no curso de Licenciatura em Matemática na UNIR *campus* Ji-Paraná/RO.
- Analisar a opinião de acadêmicos do Curso de Licenciatura em Matemática sobre a sua formação referente à educação de pessoas com deficiência.

A pesquisa foi realizada na UNIR *campus* de Ji-Paraná, e para que os objetivos fossem alcançados, foi aplicado um questionário com questões abertas, sendo que os sujeitos da pesquisa foram os acadêmicos concluintes do curso de Licenciatura em Matemática. Diante disso, para responder à questão investigativa, este trabalho se estrutura da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, intitulado “Breve histórico e aspectos legais que norteiam a educação inclusiva de pessoas com deficiência”, foi apresentado um breve relato da história da educação inclusiva de pessoas com deficiência, bem como foi exposto as principais leis e decretos que amparam a educação proporcionada a pessoas deficientes.

No segundo capítulo, designado “Formação inicial de professores e a educação de pessoas com deficiência”, foram abordados alguns conceitos sobre a formação inicial de professores envolvendo a educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais, destacando as pesquisas de nomeados autores que foram a base para a pesquisa.

No capítulo três, denominado “Metodologia de pesquisa”, foi descrito detalhadamente o método utilizado para a pesquisa, os autores envolvidos na pesquisa e o instrumento utilizado para a produção de dados.

No quarto capítulo que tem por título “Análise e interpretação de dados”, foi apresentado e interpretado os dados coletados através da entrevista aplicada aos acadêmicos, levando em consideração as falas dos autores que fundamentaram a pesquisa.

E por final, nas “Considerações finais”, relatou-se uma síntese dos resultados da pesquisa buscando atingir os objetivos da pesquisa.

## **CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRICO E ASPECTOS LEGAIS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Na sociedade contemporânea é possível perceber cada vez mais o espaço conquistado pelos alunos com deficiência dentro do ambiente escolar, porém, sabe-se que é lenta esta evolução. Pois apesar da existência da legislação vigente que estipula a inclusão destes alunos, muitas barreiras ainda impedem a efetivação destes benefícios, tais como a falta de professores especializados para esta demanda bem como a falta de estruturas físicas para facilitar esta conquista.

Olhando para a história, percebe-se que durante muito tempo uma pessoa com qualquer tipo de deficiência era excluída não só da sociedade, mas também sofria a rejeição pela própria família e neste caso. Segundo o portal do Ministério da Educação (MEC), tem-se que:

[...] na Antiguidade a pessoa diferente não era sequer considerada ser humano, no período medieval, a concepção de deficiência passou a ser metafísica, de natureza religiosa, sendo a pessoa com deficiência considerada ora demoníaca, ora possuída pelo demônio [...] (MEC, pg. 13, 2005).

Do texto acima, verifica-se que se pessoas com deficiência não eram sequer consideradas humanas, consequentemente a educação inclusiva estava muito longe de ser uma realidade.

Contudo, observando o desenvolvimento da história da humanidade, pode-se analisar que a discriminação das pessoas com deficiência foi diminuindo por motivo das “crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p.25).

No entanto, voltando ao contexto histórico da educação inclusiva brasileira, de acordo com Mantoan (2003, sp), pode-se afirmar que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida em três grandes períodos. Sendo eles: “[...] De 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado; De 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; De 1993 até os dias atuais – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.”

Considerando o que diz a autora, tem-se que o primeiro período vai de 1854 a 1956 sendo que este foi marcado pelo atendimento clínico especializado, incluindo a educação escolar, e cabe destacar que neste período foram estabelecidas as instituições mais tradicionais de assistência às pessoas com deficiências mentais, físicas e sensoriais que seguiram o exemplo do Instituto dos Meninos Cegos, constituído na cidade do Rio de Janeiro, por volta



de 1854. Analisando este Instituto e as organizações dos dias de hoje, pode-se perceber que a educação especial no Brasil foi se concretizando, seguindo um modelo padrão que contribui ainda mais para que a formação e vida social de jovens com deficiência aconteçam em um mundo à parte.

Em 1957, marcando o início do segundo momento, a educação inclusiva de pessoas com deficiência foi assumida pelo governo Federal, e então se criou a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro - CESB. Já em 1960, foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME, essa tinha por objetivo promover a “educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo” (MAZZOTTA, 1996, p.52). Através desta Campanha, na década de 1970, houve uma grande discussão em todo o país em relação à educação de pessoas com deficiência, surgiu então o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que segundo Mazzotta (1996, p.55) tinha a finalidade de “promover, em todo território Nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais”. Sendo assim a extinta CADEME, foi transformada em Secretaria de Educação Especial – SESP.

Em época mais recente, a partir da última década de 1980 e início dos anos 1990, alguns grupos de pessoas com deficiência têm se organizado, “participando de Comissões, de Coordenações, Fóruns e movimentos, visando assegurar, de alguma forma os direitos que conquistaram de serem reconhecidos e respeitados em suas necessidades básicas de convívio com as demais pessoas” (Mantoan, 2003, sp). Essas pessoas querem, acima de tudo serem ouvidas e respeitadas, mas sabe-se que apesar de serem notadas em qualquer ambiente, os movimentos realizados em prol da inclusão de pessoas com deficiência, ainda não conseguiram conscientizar a população e o governo o suficiente para promover uma educação que as inclua e com qualidade, alcançando a todas as pessoas com deficiência. Sobre o assunto, ensina Mendes (2006, p.401) que “não há como melhorar nossas escolas se as diferenças continuarem a ser sistematicamente delas excluídas”.

No tocante ao direito à educação para as pessoas com deficiência, apenas em 1961, com a entrada em vigor da Lei 4.024/61 é que o governo federal fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Apesar do não compromisso com a educação especial, o artigo 88 estabelece que “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.” (BRASIL, 1961), ou seja, os alunos com deficiência poderiam estar na sala de aula regular, mas não havia um incentivo maior à inclusão escolar neste período, como pode ser observado no artigo seguinte, art. 89,

ao dispor que “Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.” (BRASIL, 1961) Pode-se observar que os alunos com deficiência eram instigados a procurarem a escola privada, onde o poder público apoiaria todo o investimento.

Em 1988 foi sancionada a sétima Constituição Federal Brasileira, a partir de então surgiram várias leis infraconstitucionais que defendem os direitos e deveres de pessoas com deficiência. Assim, o texto da Constituição Federal Brasileira, prevê no inciso III do art. 1º que a Republica Federativa do Brasil tem como fundamento “a dignidade da pessoa humana”, e sabe-se que para ter dignidade nos dias atuais, é primordial que se tenha uma educação de qualidade, e ao longo do texto constitucional, pode-se observar, no art. 5º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza[...]”, logo, se todos são iguais, o direito à educação de qualidade também é direito das pessoas com deficiência, visando assim, uma sociedade justa e igualitária.

Para entender melhor o que é educação especial, a Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no art. 58 esclarece que “Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educar os portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996), ou seja, a educação especial é toda formação oferecida tanto pela rede pública, bem como pela rede privada, às pessoas que possuem qualquer deficiência, a fim de proporcionar-lhes o aprendizado necessário para se inserir no contexto social.

O Capítulo III da Constituição Federal/88 foi destinado para tratar dos assuntos referentes à Educação, a Cultura e o Desporto. Desse modo, consta no art. 205 que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família [...]”. Assim, determina que os direitos da pessoa com deficiência não podem ser diferenciados de qualquer outro cidadão e que, cabe não só ao Estado, mas também à família a obrigação de educar e cuidar dos alunos para que ocorra uma formação adequada.

Prosseguindo, a Carta Magna prevê no artigo 208 que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] inciso III: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

Na citação acima, pode-se observar que o Estado ao determinar que as redes regulares de ensino, devem atender os alunos com deficiência, garantindo-lhes a oportunidade de se instruírem como os demais alunos, está se comprometendo em diminuir as barreiras que impedem a inclusão social e escolar desses alunos.

Em 1989, um ano após a Constituição Federal ditar os direitos de pessoas com deficiência, foi sancionada a Lei nº 7.853/89 e alterada em 2015 pela Lei 13.146, que tem como objetivo geral garantir o pleno exercício do direito à educação, e vale ressaltar que esta lei estabelece no inciso I do artigo 8º que é crime, punível com a pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, cumulativamente com a pena de multa quando o estabelecimento de ensino: “I. recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência.” (BRASIL, 2015). A citada lei trouxe significativos avanços, pois se trata de uma conquista relevante para que a educação especial possa se concretizar.

Em 1990, ocorreu em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, evento este que deu origem à Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, sendo que, seu objetivo “[...]era estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa.” (Menezes e Santos, 2001). Ao se referir à educação para pessoas com deficiência, a referida declaração, no parágrafo 5º do art. 3ª, diz que:

Necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990).

Assim a terceira LDB, editada em 1996, esclareceu o que vem a ser educação especial, bem como inovou, ao deixar os artigos 58, 59 e 60 do capítulo V exclusivo à educação especial. No art. 58 como visto anteriormente, num primeiro momento estabelece o que é a educação especial, em seguida normatiza por meio de vários parágrafos a forma como deve ser oferecido o ensino inclusivo, como por exemplo, no parágrafo 1º diz que “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.” Observa-se que o legislador não deixou clara a peculiaridade a ser atendida. Em seguida, no parágrafo 2º prevê que “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”. Prosseguindo, neste mesmo dispositivo legal, o parágrafo 3º assegura que: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (Brasil, 1996), ou seja, além de ser uma

educação oferecida obrigatoriamente pelo Estado, ainda deixa evidente que deve principiar desde a educação infantil.

Já no art. 59, esta lei assegura que os sistemas de ensino oferecerão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996)

Nota-se, então, que o que ocorre é a existência de uma norma que se pudesse ser cumprida na sua integralidade, iria proporcionar a todos os alunos que possuem as suas limitações físicas e/ou intelectuais, uma educação de qualidade capaz de lhes possibilitar condições para uma convivência dentro da sociedade de forma mais próxima da normalidade. É notório que existem barreiras que impedem o cumprimento da norma em sua plenitude, como por exemplo, a ausência de estrutura física das escolas para acolher estes alunos, a falta de contratação de profissionais qualificados para atendê-los, como também o despreparo dos professores neste sentido.

Assim, pode-se dizer que existe uma lei que ampara o direito dos alunos com deficiência de estarem nas salas de aula com os demais alunos, porém não existe suporte para que isso possa, realmente, acontecer.

Dada a sua importância, a inclusão escolar de pessoas com deficiência também tem seu amparo legal no art. 2º das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer CNE Nº 02/2001, que em seu texto preconiza que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (CNE, 2001)

Verifica-se, portanto, ser mandamento legal a obrigatoriedade de se efetivar as matrículas de alunos especiais, ou seja, cada escola tem a responsabilidade de se adequar para atender às expectativas dos alunos que nela se matricularem, sendo estes com deficiência ou não.

Vale observar, também, que a Declaração de Salamanca, que aconteceu entre os dias 07 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca é um marco importante para a efetivação dos direitos à educação de alunos especiais. Essa declaração trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Segundo este documento, o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em garantir que todos os alunos possam ter livre e justo acesso à educação, ao dizer que esses devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e das diferenças que apresentam, sendo que as escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos, com o intuito de garantir um bom nível de educação a todos, e para isto deve conter no ambiente escolar um currículo adequado, estratégias pedagógicas de utilização de recursos e de cooperação com as respectivas comunidades (UNESCO, 1994, p. 11-12).

Em 2008, após 12 anos da edição da terceira LDB, foi sancionado o Decreto nº 6.571. Esta norma foi revogada pelo Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, sendo que ambos fazem alusão ao art. 208 da Constituição Federal e aos art. 58 aos 60 da LDB/1996. Em seu artigo primeiro, este Decreto menciona expressamente que o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 1996)

Mais adiante, o art. 3º deste decreto prevê que os objetivos do atendimento educacional especializado são:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 1996)

Analisando o teor dos artigos acima citados, pode-se observar que o legislador deixou explícito o compromisso do Estado mediante a educação inclusiva de pessoas com deficiência, fazendo-o se comprometer com a continuidade dos estudos destes.

Em 4 de abril de 2013, foi aprovada a Lei nº 12.796, com a finalidade de alterar alguns artigos da LDB - Lei Federal nº 9.394/96. Dentre os artigos que sofreram alterações, um deles refere-se ao art. 58. Desse modo, onde se dizia que “entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (grifo nosso), passou a ter a seguinte redação: “[...] para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (grifo nosso), (BRASIL, 2013). Ou seja, antes de 2013, ao se referir a pessoas com deficiência, dizia-se “pessoas PORTADORAS DE necessidades especiais”, mas após estas alterações, ficou estabelecida a expressão “pessoas COM necessidades especiais” por ser a mais adequada.

Com isso, percebe-se que as escolas e os atores nelas envolvidos devem se capacitar e adequar-se para entenderem às diversidades existentes no ambiente escolar, a fim de concretizar a tão esperada e justa inclusão de pessoas com deficiência, porém, apesar da previsão constitucional e da vasta legislação assegurar a todos esse direito à educação especial e minimizar a exclusão, ainda é uma realidade distante na vida de milhares de crianças e jovens com necessidades especiais que buscam uma melhor educação.

Ao discorrer sobre educação inclusiva de pessoas com deficiência, faz-se necessário esclarecer a diferença entre os termos ‘educação inclusiva’ e ‘educação especial’, pois, de forma errônea, é comum empregarem como sinônimo de educação para pessoas com deficiência, e para distinguir essa diferença, será feita a definição de cada um.

Ao referir-se à educação inclusiva, não se trata exclusivamente de um ensino voltado para educação de pessoas com deficiência, apesar de fazer parte desta inclusão, o termo não se restringe a esse grupo, mas sim à inclusão de todos os alunos considerados diferentes, ou seja, alunos com diferentes classes sociais, etnias, idade, cultura e qualquer tipo de necessidade que possa apresentar, seja física, psicológica ou mental.

Nesse contexto, Mantoan (2006, p. 19) esclarece que “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.” E nessa mesma perspectiva, Rodrigues (2003, p. 93) adverte que “pressupõe que se leve em linha de conta que os alunos possuem diferentes pontos de partida para a aprendizagem, que realizam percursos de aprendizagem distintos e podem mesmo atingir patamares de objectivos e competências diferentes.” Sendo assim, pode-se afirmar que a educação inclusiva se refere à inclusão de toda e qualquer forma de aprendizagem que os alunos têm o direito de receber.

Por sua vez, o termo educação especial é voltado para a educação de pessoas com deficiência. Conforme já citado no tópico anterior, a Lei nº 9.394/96 no art. 58 define a educação especial como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

Esta distinção entre educação inclusiva e educação especial, vem melhor representada na figura abaixo (figura 1), como se pode verificar a seguir:

Figura 1: Sistemas de ensino no Brasil



Fonte: Uliana, 2015, Pg 47.

Sendo assim, pode-se dizer que a educação voltada para pessoas com necessidades especiais está presente tanto na educação inclusiva quanto na educação especial. Pois se faz necessário que o aluno com deficiência seja incluso no ambiente escolar, bem como, tenha um atendimento especial para que possa atingir os objetivos necessários.

## **CAPÍTULO II - FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

A humanidade e suas leis estão constantemente passando por modificações que atingem diversas áreas profissionais, dentre estas, a atuação docente, que por sua vez tem a responsabilidade de preparar os alunos da educação básica e atualizá-los quanto as tais mudanças que acontecem na nossa sociedade a passos acelerados. Com isso, as universidades através de seus cursos de graduação, em especial de Licenciatura em Matemática, exerçam um papel fundamental na formação de profissionais capacitados para enfrentar essas mudanças sem hesitar.

As pesquisas e discussões nas instituições de ensino superior sobre a formação inicial de professores não são atuais, pois há muito já se discutem sobre como deve ser esta formação, sempre almejando uma atuação docente que exige várias competência. Sendo assim, as universidades enfrentam grandes desafios para oferecer aos futuros professores condições que possam capacitá-los. Segundo o Conselho Nacional de Educação, algumas destas competências são:

[...] não só o domínio dos conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, mas, também, compreensão das questões envolvidas em seu trabalho, sua identificação e resolução, autonomia para tomar decisões, responsabilidade pelas opções feitas. Requer ainda, que o professor saiba avaliar criticamente a própria atuação e o contexto em que atua e que saiba, também, interagir cooperativamente com a comunidade profissional a que pertence e com a sociedade (MEC/CNE/CP, 2001, p. 29).

Da citação acima, nota-se que ao se falar em “compreensão das questões envolvidas em seu trabalho” pode-se dizer que o profissional deve estar preparado para o atendimento dos alunos com suas várias e diferentes deficiências, dentro da sala de aula.

Em relação a este pensamento, Mantoan (2003, sp) diz que:

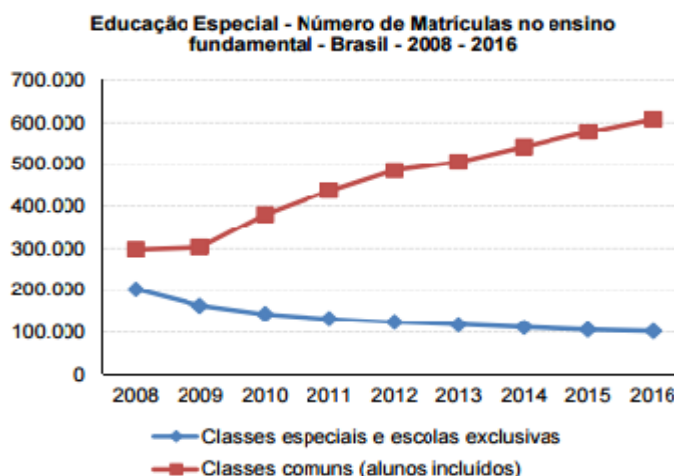
Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para atender às diferenças nas salas de aula, especialmente aos alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram a capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.

Observa-se, então, que a crítica da autora se embasa no fato de que os professores encontram dificuldades de ensinar pessoas com deficiência, sendo esta questão um grande empecilho para a inclusão.



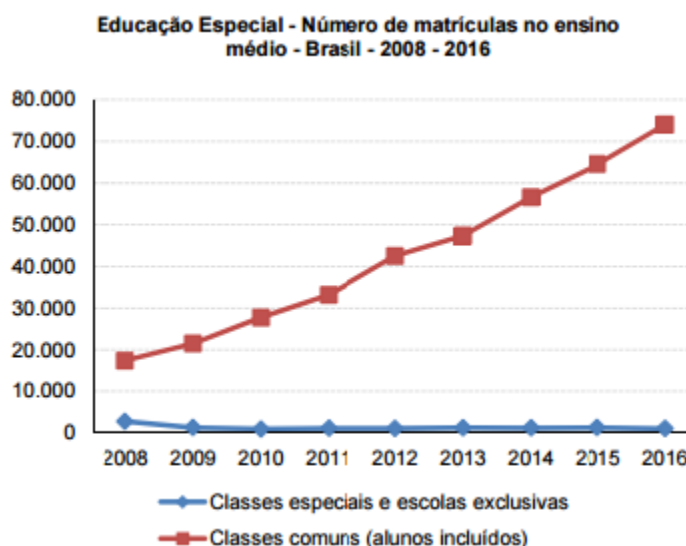
Observando, no Brasil, o número de matrículas feitas nas escolas, pode-se perceber que com o decorrer dos anos, o percentual de alunos com deficiência incluídos no ensino regular está cada vez maior que o percentual de alunos matriculados em escolas de educação especial, como se pode observar nos gráficos a seguir:

Gráfico 1: Educação especial – número de matrículas no ensino fundamental



Fonte: INEP/2016

Gráfico 2: Educação especial – número de matrículas no ensino médio



Fonte: INEP/2016

Os gráficos acima apontam que o número de alunos especiais matriculados em sala de aula regular está aumentando, o que indica a que mudanças devem ser feitas em relação à

capacitação dos professores. Assim, para que esses alunos tenham uma aprendizagem de qualidade, a formação inicial de professores, em especial de Matemática, deve atingir os objetivos de formar profissionais capacitados e assegurados de que são capazes de proporcionar uma educação inclusiva para pessoas com deficiência.

Neste contexto, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia, reafirmaram o compromisso em relação à Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de providenciar a educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino, recomendaram, acreditaram e proclamaram que o:

[...] 44. Treinamento especializado em educação especial que leve às qualificações profissionais deveria normalmente ser integrado com ou precedido de treinamento e experiência como uma forma regular de educação de professores para que a complementaridade e a mobilidade sejam asseguradas. (UNESCO, 1994, p. 11)

Para que seja realmente assegurado o desenvolvimento da aprendizagem na sala de aula, o professor deve estar preparado desde a sua formação inicial, sendo assim, os cursos de licenciaturas são os que devem oferecer uma formação completa e que prepare os futuros professores para lecionar às diversas formas de aprendizagem encontradas na sala de aula.

Ao tratar da formação inicial de professores, a resolução nº 2 de 1º de julho de 2015, que determina as diretrizes nacionais para os cursos de licenciatura, prevê no parágrafo quinto do artigo 3º os princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Dentre estes princípios, faz-se necessário citar o inciso II deste § 5º que tem a seguinte redação:

A formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com o projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva, e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e a valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação (BRASIL, 2015, p. 4).

Observa-se, então, que a resolução em análise tem como um de seus princípios a proteção das pessoas com deficiência, ao determinar que seja promovida a emancipação destes alunos como reconhecimento da diversidade e a reprovção da discriminação.

Sendo assim, o professor não deve apenas conhecer o conteúdo e saber conduzi-lo aos alunos, e nesse sentido Esteve (1999, p. 100), ensina que:

[...] além, da matéria que leciona, pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino cuide do equilíbrio psicológico e efetivo dos estudantes, da integração social e da educação sexual, etc.: a tudo isso pode somar-se a atenção aos estudantes especiais integrados na turma. (ESTEVE, p. 100, 1999)

Logo, segundo a fala do autor, são muitos os saberes necessários que o professor deve ter para que possa garantir um ambiente inclusivo na sala de aula, e consequentemente que os conteúdos curriculares sejam aprendidos de maneira que constitua um aprendizado satisfatório. Em particular, Perez (1999) ensina que o professor de matemática é o “principal mediador entre os conhecimentos matemáticos historicamente produzidos e os alunos, e um dos grandes responsáveis por possíveis transformações tanto na escola, como na sociedade” (p. 269), é apropriado incluir nessas transformações o crescente número de alunos com deficiência inseridos no ambiente da sala de aula no ensino regular.

Assim, pode-se dizer que “os cursos de formação inicial de professores têm por finalidade preparar os professores para atuação na Educação Básica, com isso desenvolver neste profissional as habilidades e saberes para a promoção do ensino inclusivo é por dedução uma de suas funções”. (ULIANA; MÓL, 2015, p. 5)

Logo, pelo fato de que na universidade os futuros professores estabelecem as suas características como docentes, pode-se dizer que os Cursos de Licenciatura, em especial os de Matemática, têm por finalidade preparar os professores para a atuação na Educação Básica, bem como, instruí-los quanto à crescente demanda de alunos com deficiência.

## CAPÍTULO III – METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

### 4.1 – Método de Pesquisa

Para a realização desta pesquisa foi utilizado o método Qualitativo. Chizzotti (2003, p. 2) define este método ao dizer que: “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”.

Para Garnica (2004) *apud* BORBA (2004, p. 1) a pesquisa qualitativa é proveitosa pelo fato de apresentar as seguintes características:

(a) a transitoriedade de seus resultados; (b) a impossibilidade de uma hipótese a priori, cujo objetivo da pesquisa será comprovar ou refutar; (c) a não neutralidade do pesquisador que, no processo interpretativo, vale-se de suas perspectivas e filtros vivenciais prévios dos quais não consegue se desvencilhar; (d) que a constituição de suas compreensões dá-se não como resultado, mas numa trajetória em que essas mesmas compreensões e também os meios de obtê-las podem ser (re)configuradas; e (e) a impossibilidade de estabelecer regulamentações, em procedimentos sistemáticos, prévios, estáticos e generalistas. (BORBA, p. 1, 2004)

A escolha desse método se deu pelo fato de que esta pesquisa buscou analisar a qualidade da formação inicial oferecida aos acadêmicos, ou seja, não nos prendemos em números e quantidades, mas sim em respostas esclarecedoras.

### 4.2 – Atores envolvidos na pesquisa

Os participantes desta pesquisa foram acadêmicos em fase de conclusão do curso de licenciatura em Matemática (2017/1), oferecido pela UNIR (Universidade Federal de Rondônia) *campus* de Ji-Paraná.

Assim, o número total de acadêmicos que participaram da pesquisa foi de 10 alunos concluintes do curso, sendo que, por questões éticas e para melhor organização dos dados coletados, os participantes serão nomeados de **A** a **J**, seguindo a ordem alfabética dos nomes. Vale ressaltar que a escolha dos acadêmicos para participar da pesquisa se deve ao fato de que estes, por estarem no final do curso, possivelmente tiveram em algum momento contato com a temática Educação Inclusiva de pessoas com necessidades especiais, podendo assim contribuir com mais precisão que os outros acadêmicos que ainda estão cursando os períodos anteriores.

Após a escolha do público que participou da pesquisa, se deu a aplicação do questionário e após esta aplicação ocorreu a análise das respostas obtidas.

### 4.3 - Instrumento utilizado para a produção de dados na pesquisa de campo

Para a viabilização da pesquisa, a fim de verificar como está ocorrendo a formação inicial de professores de matemática capacitados para lidar com os alunos especiais, foi aplicado um questionário com questões abertas. De acordo com Gil, entende-se por questionário, uma

Técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, p. 121, 2008)

Para Fiorentini e Lorenzato (2006, p. 71) a pesquisa qualitativa é “a modalidade de investigação na qual a coleta de dados é realizada diretamente no local em que o problema ou fenômeno acontece”. No caso, esta pesquisa foi aplicada na UNIR *campus* de Ji-Paraná, onde acontece a formação inicial de professores de matemática.

O questionário respondido pelos acadêmicos foi composto das seguintes perguntas:

*Qual a sua concepção sobre a educação inclusiva para atender os alunos com deficiência?*

Essa questão tinha como objetivo verificar qual o entendimento do acadêmico em relação à temática educação inclusiva de pessoas deficiência.

A segunda questão foi: *Nas disciplinas ofertadas, são abordados temas como novas tecnologias de informação e comunicação como metodologias de estudos relacionados à educação inclusiva de pessoas com deficiência? Se sim, de que modo isso ocorre?*

Com este questionamento, buscou-se verificar nas respostas obtidas se as disciplinas cursadas (como por exemplo: Didática, Legislação, Práticas do Ensino Fundamental e Médio,...) os instruíram sobre a prática docente de forma que fossem capacitados para agir ou instruir, se por acaso, em sua sala de aula houver um aluno com deficiência.

Terceiro questionamento: *A UNIR campus de Ji-Paraná oferece projetos (PIBID, PIBIC, Projetos de extensão, etc...) que possam acrescentar o conhecimento na área e ajudar na sua formação profissional? Se sim, exemplifique.*

Este questionamento visa esclarecer se o acadêmico, durante o curso, teve oportunidades de participar de projetos para melhorar a sua capacitação para lidar com alunos com deficiência.

Quarta questão: *No decorrer do curso de licenciatura em matemática foram ofertadas disciplinas que abordavam EXCLUSIVAMENTE a temática educação inclusiva de pessoas com deficiência? Se sim, cite-a(s).*

Nesse caso, o aluno irá informar se na grade curricular atual do curso, a universidade oferece alguma disciplina que trata exclusivamente da educação inclusiva de pessoas com deficiência.

Quinto questionamento: *Ao cursar as disciplinas de estágio supervisionado, nas turmas que estagiou, havia nelas alunos com algum tipo de deficiência? Se sim, você se considerou capacitado para recebê-lo em sua turma? Justifique sua resposta.*

Como todos os alunos que estão concluindo já passaram pelas disciplinas de Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental e Médio, esta questão busca saber se no decorrer do estágio, em alguma turma havia alunos com deficiência. Em caso afirmativo o aluno irá explicar se no momento da regência sentiu-se preparado para ensiná-lo.

E por último, tem-se a seguinte questão: *Como acadêmico concluinte, qual a sua opinião em relação à grade curricular do curso de licenciatura em Matemática oferecido pela Universidade Federal de Rondônia campus de Ji-Paraná, quanto à questão 'Educação Inclusiva de pessoas com deficiência na formação inicial de professores de matemática'?*

Nesta questão, o aluno irá expor sua opinião a cerca da grade curricular do curso de Licenciatura em Matemática, levando em consideração a temática envolvida.

Ressalta-se novamente que por questões éticas os participantes desta pesquisa não serão identificados, o questionário foi aplicado no mês de Abril de 2017, após os sujeitos terem aceitado participar e responder as questões.

## CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão analisados e discutidos os dados coletados através do questionário aplicado aos acadêmicos que estão em processo de conclusão do curso de Licenciatura em Matemática na UNIR *campus* de Ji-Paraná, bem como será discutido a análise feita do PPP do referido curso.

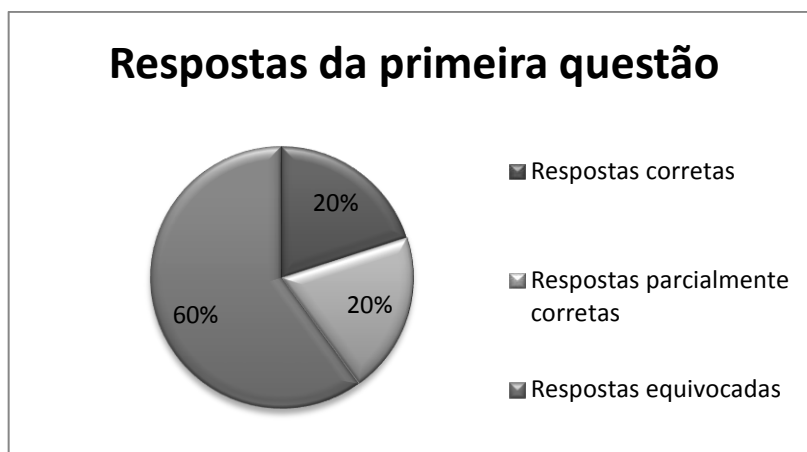
Ao analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Licenciatura em Matemática da UNIR *campus* de Ji-Paraná, pode-se perceber que a grade curricular não dispõe de disciplinas que possam preparar os futuros professores para a demanda de alunos com necessidades especiais. Constatou-se que apenas na disciplina de Legislação, em seu conteúdo programático tem uma unidade reservada para o ensino da Matemática e a diversidade, sendo que esta unidade aborda todo e qualquer tipo de inclusão, e não somente de pessoas com deficiência.

Vale ressaltar que o atual PPP foi elaborado no ano de 2005, quando o foco da educação no momento não era a educação especial, assim, a partir do semestre 2017/02 entrará em vigor um novo PPP, no qual contará com duas disciplinas voltadas para a educação especial, assim, a formação inicial oferecida no instituto será mais completa.

Nos próximos parágrafos, serão analisadas as respostas dos acadêmicos ao questionário aplicado, esta atividade investigativa será feita interpretando as respostas de cada pergunta separadamente, sendo que, a análise será efetivada correlacionando com as falas dos atores que fundamentam a pesquisa.

Analisando as respostas dos alunos à primeira questão, pode-se classificá-las em 3 características, primeiro, os alunos que responderam corretamente, segundo, os alunos que responderam parcialmente correto e os alunos que responderam de forma equivocada.

Gráfico 3: Respostas da primeira questão



Fonte: Dados da pesquisa

Nesta questão, o aluno **D** disse que a educação inclusiva de pessoas com deficiência *‘é uma educação (ou processo de ensino-aprendizagem) onde o aluno deficiente (ou especial) recebe total assistência para se desenvolver intelectualmente’*, e o aluno **J** que classificou como *‘uma forma de inserir alunos com necessidades especiais no contexto social, e proporcionar suporte para que isso aconteça.’* De acordo com o art. 58 da lei nº 9.396/96, estas repostas estão corretas.

Os alunos **C** e **H** responderam essa questão de forma parcialmente correta e os alunos **A**, **B**, **E**, **F**, **G** e **I** responderam a questão de forma equivocada, sendo desnecessário mencioná-las aqui.

Quanto à segunda questão, ao serem questionados se os professores, durante as disciplinas que preparam os acadêmicos para sala de aula, inseriam a educação especial como um dos tópicos, apenas o aluno **C** disse que: *‘sim, geralmente os professores responsáveis por determinadas disciplinas apresentaram em sala opções para utilizarmos com alunos especiais’*. E o acadêmico **A** respondeu que: *‘Não especificamente, conversamos sobre o assunto em algumas disciplinas, mas não buscamos formas práticas para atender alunos especiais’*. O restante dos entrevistados apenas disse que não, ou seja, os professores não os instruíram em como dar aula para alunos com deficiência.

Gráfico 4: Respostas da segunda questão





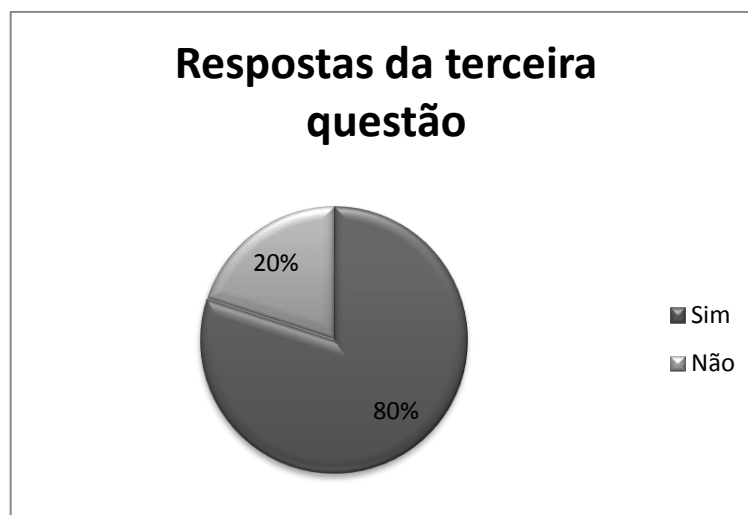
Fonte: Dados da pesquisa

Vale destacar a resposta do acadêmico **H** que disse, *‘em nenhuma disciplina tive a oportunidade de ‘está’ sendo capacitada para trabalhar com alunos que tem necessidades especiais’*. Estas respostas não coincidem com a Declaração de Salamanca que diz no parágrafo 44 do art. II que a formação de professores capacitados para trabalhar com alunos deficientes “[...] deveria normalmente ser integrado com ou precedido de treinamento e experiência como uma forma regular, [...]”.

No quesito projetos e cursos de extensão sobre educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais, como respostas para a terceira questão, apenas dois alunos disseram que a universidade não oferece, e os oito restantes disseram que sim, como por exemplo, o acadêmico **J** disse: *‘durante minha formação pude participar de um projeto de extensão sobre educação inclusiva’*, e o acadêmico **B** que foi ainda mais específico dizendo: *‘sim, o projeto no qual participo (PIBIC), por exemplo, tem como objetivo central estudar as leis que amparam as pessoas com necessidades especiais e investigar se as universidades estão preparando seus acadêmicos a ensinar pessoas com necessidades especiais’*.

Com isso, observa-se que estes acadêmicos estão caminhando para uma formação mais abrangente, conforme enfatizou Esteve (1999) quando disse que o professor deve ser facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, entre outras habilidades.

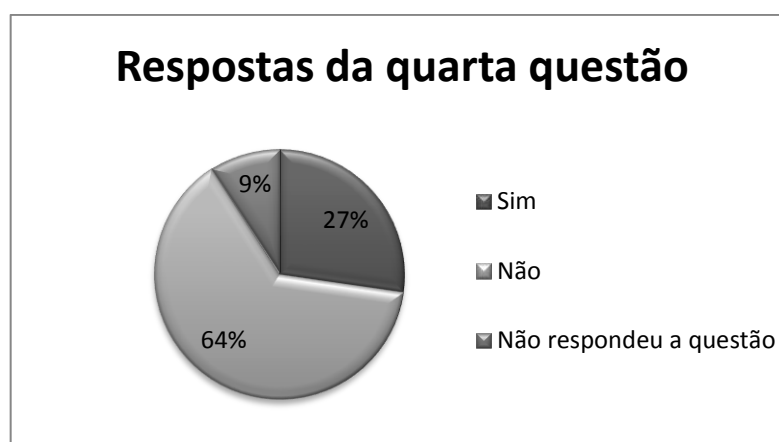
Gráfico 5: Respostas da terceira questão



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à questão quatro, apenas 2 alunos disseram que a universidade oferece tais disciplinas.

Gráfico 6: Respostas da quarta questão

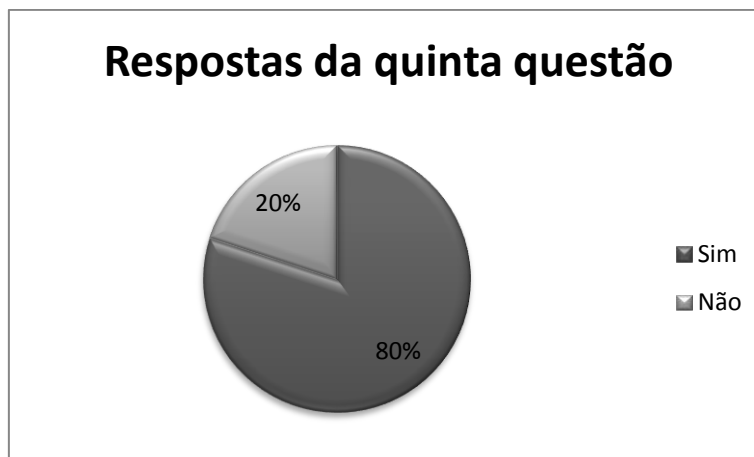


Fonte: Dados da pesquisa

Os que disseram que sim, se referiram à disciplina de Libras, como pode ser observado ao que disse o acadêmico **D**: *‘um curso oferecido foi o de libras, como matéria que esclareceu as peculiaridades dos surdos’*.

Ao serem perguntados, na quinta questão, se nas turmas em que desenvolveram o estágio supervisionado havia alunos com deficiência, apenas os alunos **C** e **E** disseram que não, sendo que todo o restante afirmou que tiveram alunos com deficiência.

Gráfico 7: Respostas da quinta questão



Fonte: Dados da pesquisa

As respostas obtidas reforçam o resultado da pesquisa do INEP apontando que o número de alunos com deficiência que são incluídos na modalidade regular está cada vez maior. E ao serem questionados se ao se depararem com estes alunos eles se sentiram preparados para recebê-los, podemos destacar 3 respostas :

*Não me senti capacitada para trabalhar com ele, pois minha formação não me preparou para isso. (Acadêmico J)*

*Não estava preparada para este momento, pois até então nunca tive um contato, onde trabalhei com um aluno com deficiência intelectual e outro com baixa visão. (Acadêmico F)*

*Tive muita dificuldade, pois ele necessitava de atividades diferenciadas e um atendimento mais intenso'. (Acadêmico A)*

Essas respostas nos leva a observar a fala de Mantoan (2003, sp) quando diz que “Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para atender às diferenças nas salas de aula, especialmente aos alunos com deficiência”. Vale lembrar que o acadêmico **H** disse ter tido auxílio de um intérprete, ele disse, ‘*no Estágio Fundamental, aluna surda. Ela tinha intérprete em sala e era uma ótima aluna, o que me ajudou na hora de me relacionar com ela*’.

Ao serem questionados acerca da atual grade curricular do curso de Licenciatura em Matemática no tocante à educação inclusiva de pessoas com deficiência, para sexta questão obteve-se as seguintes respostas, das quais são relevantes para a pesquisa, como por exemplo:

*A grade curricular deveria ter disciplinas que nos preparassem para o convívio de alunos com deficiências. Pois a cada ano que se passa nos deparamos com um novo aluno em sala e com uma deficiência diferente. Mesmo que os alunos tenham intérpretes ou acompanhantes, eles também necessitam da ajuda e atenção dos professores. (Acadêmico H)*

*Tendo consciência que hoje alunos com necessidades especiais se fazem cada vez mais presentes na sala de aula e que o objetivo do curso é formar sujeitos capazes de ensinar para todos seus alunos os conteúdos matemáticos, é preciso refletir sobre a falta de disciplinas que remetem a inclusão para que esse objetivo chegue perto da realidade. (Grifo do Acadêmico **B**)*

As respostas acima remetem ao pensamento de Uliana (2015), quando relata que:

os cursos de formação inicial de professores têm por finalidade preparar os professores para atuação na Educação Básica, com isso desenvolver neste profissional as habilidades e saberes para a promoção do ensino inclusivo que é por dedução uma de suas funções. (ULIANA; MÓL, 2015, p. 5)

Por outro lado, dois acadêmicos se posicionaram de forma diversa. Assim, o acadêmico **G** disse:

*acredito que é pouco conhecimento e capacitação ofertadas, porém, não é dever exclusivo do professor de matemática atender especialmente e preferencialmente alunos com deficiência, se faz necessária a capacitação de profissionais específicos para auxiliar o professor em sala.*

Como também o acadêmico **C** que ressaltou: ‘o curso abrange somente o básico para lidar com um aluno com deficiência. Para um melhor desempenho seria necessário optar por uma formação continuada na área’.

Observa-se, então, que os dois acreditam que a inclusão não é dever apenas do professor, mas sim do sistema como um todo, e que a formação inicial é apenas o começo, podendo ser melhorado o desempenho através da formação continuada.

Logo, observando as respostas obtidas através do questionário, pode-se concluir que os alunos que estão em processo de conclusão do curso de Licenciatura em Matemática não se sentem preparados para a realidade do ambiente da sala de aula, pelo fato de que a diversidade dos alunos do ensino regular está cada vez maior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos através desta pesquisa permitiram averiguar como a educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais está amparada pelas leis que regem o país, bem como analisar como a educação especial está presente no curso de licenciatura em matemática na UNIR *campus* de Ji-Paraná, para isso, contou-se com a colaboração dos acadêmicos que estão na fase final do curso para responder ao questionário com o intuito de atingir os objetivos propostos.

Com base nos aspectos apresentados nesta pesquisa, foi possível chegar ao entendimento de que o Estado assegura a educação especial em inúmeras leis deste país, mas, através do questionário aplicado, observou-se que a formação inicial de professores de matemática na UNIR *campus* de Ji-Paraná ainda não é suficiente quando se trata de formar professores capacitados para lidar com a demanda de alunos especiais nas salas de aula.

A execução desta tarefa investigativa exigiu a efetivação de estudos e pesquisas para que cada objetivo proposto para esta pesquisa fosse alcançado, desse modo, em relação ao primeiro deles, que foi o de analisar os aspectos legais que norteiam a educação especial, pode-se concluir que a educação inclusiva de pessoas com deficiência está assegurada não somente na Constituição Federal/88, que é a mais importante das leis que regem o país, mas também em outras leis infraconstitucionais, que estabelecem claramente que as pessoas com deficiência têm o direito de frequentar as escolas e adquirir os conhecimentos como os outros alunos e que isto constitui dever do Estado que tem a obrigação de oferecer estas oportunidades e assim realizar a educação inclusiva na rede regular de ensino.

Desse modo, cabe ao Estado proporcionar meios e suporte para que os professores se preparem para atender esses alunos, ou que ampliem o quadro de professores das escolas e universidades com a contratação de professores especializados. Neste contexto, voltando aos objetivos traçados para esta pesquisa, observou-se a necessidade de promover uma formação mais completa aos acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática da UNIR, *Campus* de Ji-Paraná/RO, para que os futuros profissionais possam desempenhar sua função de ensinar com um conhecimento mais amplo ao receber em sua sala de aula alunos com deficiência.

Cabe aqui ressaltar que, muitas vezes é mais fácil para o Estado considerar crime o ato de recusar a matrícula de um aluno pelo motivo de sua deficiência do que elaborar e executar políticas públicas para a efetiva realização da educação inclusiva. Nesse sentido, as escolas deveriam passar por transformações físicas por meio de reformas para receber os alunos com

deficiência, bem como ter o quadro de servidores ampliados com a contratação de profissionais especializados.

Dessa forma, o que se observa é que apesar da educação especial ter todo amparo nas leis, é notório que as escolas ainda têm um longo caminho a percorrer para que se torne inclusiva, com capacidade de receber alunos com necessidades especiais.

No tocante ao segundo objetivo, esta pesquisa buscou verificar como a temática educação inclusiva de pessoas com deficiência está inserida no curso de Licenciatura em matemática na UNIR *campus* Ji-Paraná/RO.

Segundo os relatos dos acadêmicos que responderam ao questionário, e a análise do PPP do curso, pode-se concluir que na universidade em questão, as matérias oferecidas não incluem a educação especial, a não ser a disciplina de LIBRAS que prepara os futuros professores para receberem alunos com deficiência auditiva.

Porém, foi destacado que os professores oferecem projetos de extensão envolvendo a educação especial, sendo que estes são abertos aos acadêmicos que têm interesse de fazê-los, pelo fato de ser extraclasse nem todos os alunos têm a disponibilidade para participar. Também foi citado um Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que teve por objetivo estudar as leis que amparam as pessoas com deficiência e investigar se as universidades estão preparando seus acadêmicos a ensinar pessoas com deficiência, mas o mesmo teve um número determinado de participantes.

Em relação ao terceiro objetivo, este tratou de abordar a opinião dos acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática sobre a formação que os licenciandos têm recebido acerca da educação inclusiva de pessoas com deficiência. Pode-se concluir que é evidente a apreensão que os acadêmicos têm ao serem questionados sobre a educação inclusiva, pois segundo eles, a formação durante o curso não abordou a questão da inclusão de pessoas com deficiência de forma abrangente ou de acordo com o que ocorre na realidade, ou seja, o número de alunos com deficiência está crescendo cada vez mais no ensino regular e eles, no papel de futuro professores, não se sentem preparados para atender a demanda.

Vale ressaltar que um dos alunos que respondeu ao questionário não atribuiu essa falha à universidade, já que os alunos com deficiência precisam de um acompanhante ou intérprete, não cabe ao professor a responsabilidade de ser o único a atendê-lo, pois a princípio, cabe a ele lecionar para a sala de aula num todo. Como também houve um acadêmico que se referiu à formação continuada como um tipo de especialização a fim de preparar o professor para o ensino inclusivo de pessoas com deficiência, fugindo assim do foco da pesquisa, que é a formação inicial de professores de matemática.

Assim, pode-se concluir que apesar da educação inclusiva estar totalmente assegurada pelas inúmeras leis e pelos decretos deste país, compete às universidades, em especial aos cursos de Licenciatura, preparar os futuros professores para que sejam capazes de oferecer uma educação melhor para todos, promovendo a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ambiente da sala de aula, o que, segundo os acadêmicos questionados, não vem se consolidando no curso de Licenciatura em Matemática na UNIR *campus* de Ji-Paraná.

Pode-se, ainda, dizer que a pesquisa se deu com um número reduzido de atores envolvidos, mas esse fator não invalidou os resultados. É notório e oportuno o interesse em continuar pesquisando a respeito da temática educação inclusiva de pessoas com deficiência, podendo, entre outras sugestões, ultrapassar o limite da formação inicial, incluindo, numa próxima etapa, o questionamento de como ocorre a formação continuada de professores que já atuam na educação básica, visando a educação especial.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 31 mai. 2016

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <[w.mec.gov.br](http://w.mec.gov.br)>. Acesso em: 31 Mai. 2016

BRASIL. **Lei nº. 7.853, de 24 de Outubro de 1989**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <[https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7853.htm](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm)>. Acesso em: 31 Mai. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução no 2, de 1o de julho de 2015**. Brasília, 2015, 16 p.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 14 jul. 2017.

BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>> Acesso em: 15 jun. 2017.

BORBA, M. C. **A pesquisa qualitativa em Educação Matemática**. Disponível em: <[http://www.rc.unesp.br/gpimem/downloads/artigos/borba/borba-minicurso\\_a-pesquisa-qualitativa-em-em.pdf](http://www.rc.unesp.br/gpimem/downloads/artigos/borba/borba-minicurso_a-pesquisa-qualitativa-em-em.pdf)> Acesso em: 17 jun. 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de educação. v. 16. n.002. Braga, Portugal. 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Qualidade – UNESCO**. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

ESTEVE, José M.. **Mudanças sociais e Função Docente**. In: NOVÓIA, António (Org.). Profissão Professor. 2 ed. Porto - Portugal: Porto Editora, 1999.

FIorentini, D.; Lorenzato, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

INEP. **Censo Escolar 2016 – notas estatísticas**. Disponível em: <[www.abed.org.br/arquivos/apresentacao\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)> Acesso em: 17 jun 2017



MANTOAN, M. T. E. **A Educação Especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar.** 2003. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso em: 31 Mai. 2015

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?.** 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MEC/SEESP. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. (Conselho Nacional de Educação, Resolução no. 02 de 11 de setembro de 2001).** MEC. Secretaria de Educação Especial. DF, 2001. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf)> Acesso em: 30 Mai 2016.

MEC/SEEP. **Garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos.** 2ª ed. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

MEC/Portal Brasil. **Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência.** Disponível em: <[www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia](http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia)> Acesso em: 20 Mai. 2016.

Mendes, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** *Rev. Bras. Educ.*, vol.11, no.33, Dez 2006.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **"Conferência de Jomtien".** In: Dicionário Interativo da Educação Brasileira –Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=110>> Acesso em 16 jun 2017.

PEREZ, G. **A realidade sobre o ensino de geometria no 1º e 2º graus no Estado de São Paulo.** A Educação Matemática em Revista. SBEM. ano 3. jan/jun.1995.

RODRIGUES, D. **Educação Inclusiva: as boas notícias e as más notícias.** In: \_\_\_\_\_. (org.) *Perspectivas sobre inclusão – da educação à sociedade.* Porto: Porto Editora, LDA, 2003.

Uliana, Márcia Rosa. **Formação de professores de matemática, física e química na Perspectiva da inclusão de estudantes com deficiência visual: Análise de uma intervenção realizada em Rondônia.** 2015, 314 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Mato Grosso, Redes Amazônica de educação em Ciências e Matemática, Cuiabá. 2015.

Uliana, Márcia Rosa; Mól, Gerson de Souza. **A educação inclusiva na formação inicial de professores de matemática, física e química: uma análise na realidade rondoniense.** Disponível em : <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17152\\_8872.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17152_8872.pdf)> Acesso em: 14 Jun. 2016

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos.** Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 009/2001, de 08 de maio de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Brasília, 2001. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)> Acesso em 16 jun 2017

\_\_\_\_\_. **Lei de diretrizes e Bases da Educação n.º 12.796, de 04 de abril de 2013.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)> Acesso em: 16 jun 2017

## Apêndice A – Questionário para TCC



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS DE JI-PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA – DME**

### Questionário para Pesquisa de TCC

Nome: \_\_\_\_\_  
 Curso: \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_

Por ser uma carreira que está presente nos mais diversos ambientes sociais, o professor deve, a todo o momento, estar se atualizando para acompanhar as mudanças que ocorrem nestes meios, e neste aspecto, as universidades, ao oferecer os cursos, em especial os de licenciatura, exercem um papel fundamental na formação de profissionais capacitados para enfrentar essas mudanças. Para que possamos minimizar os problemas desta área, gostaria de pedir a sua colaboração respondendo algumas questões relacionadas à formação e capacitação acadêmica proporcionadas nesta instituição de ensino a respeito do tema “educação inclusiva de pessoas com deficiência”. (Obs. Nesta pesquisa os colaboradores não serão identificados).

1- Qual a sua concepção sobre a educação inclusiva para atender os alunos com deficiência?

---



---



---

2- Nas disciplinas ofertadas, são abordados temas como novas tecnologias de informação e comunicação como metodologias de estudos relacionados à educação inclusiva de pessoas com deficiência? Se sim, de que modo isso ocorre?

---



---



---

3- A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) *campus* de Ji-Paraná oferece projetos (PIBID, PIBIC, Projetos de extensão, etc...) que possam acrescentar o conhecimento na área e ajudar na sua formação profissional? Se sim, exemplifique.

---

---

4- Ao decorrer do curso de licenciatura em matemática foram ofertadas disciplinas que abordavam EXCLUSIVAMENTE a temática educação inclusiva de pessoas com deficiência? Se sim, cite-a(s).

---

---

5- Ao cursar as disciplinas de estágio supervisionado, nas turmas que estagiou, havia nelas alunos com algum tipo de deficiência? Se sim, você se considerou capacitado para recebê-lo em sua turma? Justifique sua resposta.

---

---

---

6- Como acadêmico concluinte, qual a sua opinião em relação à grade curricular do curso de licenciatura em Matemática oferecido pela Universidade Federal de Rondônia *campus* de Ji-Paraná, quanto à questão ‘Educação Inclusiva de pessoas com deficiência na formação inicial de professores de matemática’?

---

---

---

---

---

Obrigada pela colaboração.

